



Relator diz já ter argumentos a favor da maconha medicinal

Cristovam Buarque acrescenta, no entanto, que ainda não chegou a uma conclusão sobre a autorização para o uso recreativo. Debates prosseguem em comissão

Depois de promovidas cinco audiências, o relator da sugestão popular para regulamentar o uso da maconha, Cristovam Buarque, afirmou já ter argumentos suficientes para defender o

aproveitamento do poder medicinal da erva. Para ele, não dá para deixar tanta gente sofrendo por causa de um preconceito. O senador pondera que o uso medicinal levanta uma série de questões que ainda precisam ser esclarecidas. 4

Cristovam preside audiência pública sobre a regulamentação da maconha: comissão ainda fará mais dois debates sobre o tema



Gerardo Magela/Agência Senado

Saiba como são feitas pesquisas eleitorais

Ag. Hrcak/Bahia Notícias



Pesquisas eleitorais levam em consideração perfil do eleitorado brasileiro

Boa parte dos cidadãos costuma ter curiosidade a esse respeito, mas as qualificações para ser selecionado pelos institutos que realizam os levantamentos não são muito conhecidas do público, assim como quais detalhes, exigências e recortes populacionais tornam o resultado da pesquisa mais próximo da realidade brasileira. 3

Patrão pode ter dedução para empregados com Bolsa Família 2

Três servidores lançam obras na Biblioteca do Senado 2

Contratação de ex-presidiário poderá receber incentivo fiscal 4

Recondução em cargos de Mesas dos Legislativos pode acabar 2

Projeto isenta de imposto música executada em evento religioso 4

Lenine Martins/Secom MT



Texto zera contribuições sobre protetores solares

Projeto na Comissão de Assuntos Econômicos reduz a zero as alíquotas de contribuições sociais incidentes sobre protetores solares. De autoria de Kátia

Abreu, o texto visa reduzir o preço desses produtos para ampliar a prevenção do câncer de pele, sobretudo para trabalhadores que atuam ao sol. 4

Trabalhadores rurais poderão se beneficiar com a redução de preços de protetores solares caso o projeto em tramitação no Senado seja aprovado



É simples pesquisar



As informações sobre o Senado também estão acessíveis em **Dados Abertos**. Esse formato de organização do conteúdo permite a **edição** dos dados e sua **reutilização** e **redistribuição** livremente por qualquer pessoa ou instituição para elaboração de documentos, planilhas, tabelas, entre outros. Saiba mais em: www.senado.leg.br/transparencia

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

SENADO FEDERAL



Gerardo Magalhães/Agência Senado



Raupp, o relator, e Vital, o autor, concordam sobre a necessidade de evitar a perpetuação de grupos políticos no poder

Proposta veda recondução nas Mesas dos Legislativos

Vital do Rêgo quer pôr na Constituição dispositivo que estende a câmaras municipais e assembleias legislativas a proibição de recondução em cargos que já existe nas Mesas do Senado e da Câmara

A ALTERNÂNCIA NO poder está diretamente ligada aos princípios republicanos e democráticos. Esse é o argumento de Vital do Rêgo (PMDB-PB) para defender a vedação à recondução ao mesmo cargo nas Mesas de assembleia legislativa e câmara municipal na eleição imediatamente subsequente (PEC 69/2011). A proposta está pronta para ser votada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde conta com o apoio do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO).

Na justificativa do projeto, o autor lembra a proibição constitucional à recondução para o mesmo cargo da Mesa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Vital, no entanto, lamenta que essa realidade não seja reproduzida

nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais. Segundo o senador, as constituições estaduais e as leis orgânicas, em regra, são omissas com relação à vedação da reeleição.

O resultado dessa situação, diz Vital, é a “a indesejável apropriação do controle do Poder Legislativo estadual e municipal por determinados segmentos políticos por longos períodos”. A falta de normas termina comprometendo a definição de prioridades de votação, a implementação de procedimentos fiscalizatórios e o atendimento das demandas populares, argumenta.

Vital lembra que já houve tentativa, via Supremo Tribunal Federal (STF), de fazer valer a norma do Congresso Nacional para as outras Ca-

sas legislativas. No entanto, a proposta não avançou, pois, no entendimento do Supremo, a regra não era princípio constitucional que justificasse aplicação obrigatória nos estados e municípios. Para Vital, a PEC é uma forma de “eliminar a brecha existente”, vedando expressamente esse tipo de recondução.

No relatório, Raupp aponta que a falta de limites à recondução nas Mesas legislativas resulta “no encastelamento de grupos na direção dos Poderes Legislativos estaduais e municipais”. Segundo o relator, “nada mais correto do que estender o preceito da norma constitucional às assembleias legislativas e às câmaras municipais, evitando, dessa forma, a perpetuação de grupos políticos no poder”.

Três servidores lançaram livros ontem na Biblioteca do Senado. Lotado no gabinete da Liderança do PSB, João Rios divulgou *O Código*, enquanto o chefe do Serviço dos Cursos de Pós-Graduação do ILB (Sepos), Luis Fernando Pires Machado, apresentou *O Legislador Municipal: teoria e prática*. Dalva Moura, assistente parlamentar do Sepos, lançou *Os Ricos Também Batem*. Para o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Davi Emerich (2º à dir.), as obras representam a pluralidade de talentos na Casa.

Ann Volpne/Senado, Relações Públicas



MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner
Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Site: www.senado.leg.br/jornal — E-mail: jornal@senado.leg.br — Twitter: @Agencia_Senado — facebook.com/SenadoFederal
 Tel.: 0800 612211 — Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar, 70165-920, Brasília, DF

Projeto incentiva emprego para beneficiários do Bolsa Família

Está pronto para ser votado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto de lei que permite ao empregador que contratar beneficiário do Bolsa Família deduzir, da contribuição patronal previdenciária devida, metade do valor do benefício recebido pelo empregado. Se for aprovado pela CAE, o projeto segue para análise na Câmara dos Deputados.

De autoria do senador licenciado Alvaro Dias (PSDB-PR), o PLS 433/2008 também prevê que, nessas condições, o empregado tenha o benefício suspenso durante todo o período em que durar o vínculo com a empresa.

A justificativa do projeto é o fato de haver um risco de que os programas sociais estejam fomentando a dependência e a acomodação indesejáveis nos beneficiários. Alvaro também cria, no

projeto, o Cadastro Nacional de Inclusão Produtiva do Trabalhador — Pró-Trabalho, que centralizaria as informações dos trabalhadores nessa situação.

A proposta tem parecer favorável do relator, Ciro Nogueira (PP-PI), que apresentou uma emenda para que a dedução seja de 50% do valor do Bolsa Família e pelo período de 2 anos, desde que a nova renda familiar não seja inferior ao benefício pago pelo governo.

O senador acredita que o projeto poderá viabilizar ofertas de emprego, dando oportunidade de aprimoramento de mão de obra e colocação no mercado de trabalho.

— O fato de não haver um prazo-limite para o benefício poderia caracterizar um repasse de recursos do Estado para o empresário — justificou.



Alino Souza/Especial Polício Píntini

Texto pretende apoiar beneficiário do programa na conquista de emprego

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa, sem votações, destinada a pronunciamentos dos senadores e a comunicados da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Pesquisas devem refletir a realidade brasileira

Sondagens realizadas por institutos como DataSenado e IBGE precisam levar em conta a diversidade cultural e econômica do Brasil para obterem resultados mais realistas

VOCÊ JÁ FOI entrevistado ou conhece alguém que respondeu questões para uma pesquisa eleitoral? Boa parte dos cidadãos costuma ter curiosidade a esse respeito, mas as qualificações para ser selecionado pelos institutos que realizam os levantamentos não são muito conhecidas do público, assim como quais detalhes, exigências e recortes populacionais tornam o resultado da pesquisa factível.

— Para ser representativa, ela precisa ser aleatória, estar associada a um determinado nível de confiança e a uma margem de erro — explica Marcos Ruben Oliveira, estatístico do DataSenado.

Isso significa que, para responder um questionário de intenção de voto, um eleitor precisa ser sorteado na loteria dos institutos de pesquisa. Eles escolhem os entrevistados depois de definida a quantidade de pessoas a serem ouvidas, a partir de um cálculo que considerará a margem de erro e o nível de confiança. Esse cálculo, como exige a lei, deve ser feito por um esta-

tístico, para garantir que o processo de seleção seja benfeito e com a técnica adequada, frisa Oliveira.

De acordo com ele, o primeiro passo para a realização do levantamento é a definição do público-alvo. No caso da pesquisa eleitoral para governador, por exemplo, os eleitores de um estado; para a Presidência da República, todos os eleitores brasileiros. Ele ressalta que os votantes do exterior também deveriam ser ouvidos para retratar mais fielmente as intenções de sufrágio. Afinal, são mais

de 350 mil que participam da escolha do presidente, mesmo estando fisicamente em outro país. Mas ele salienta que deixá-los de fora não invalida a pesquisa.

Definido o público-alvo e calculada a quantidade de pessoas a serem entrevistadas a partir do cálculo estatístico, é preciso definir a amostragem, que deve ser feita sem intervenção humana, como se fosse um sorteio. A forma desse sorteio varia muito, afirma Oliveira.

Na amostragem aleatória simples,

no caso da pesquisa eleitoral para presidente, poderiam ser escolhidos brasileiros em geral ao acaso. Provavelmente, porém, ficariam de fora eleitores de estados menos populosos, como o Acre, e apareceriam muitos eleitores de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, maiores colégios eleitorais.

Os grandes institutos de pesquisa, como Ibope e Datafolha, utilizam a amostragem aleatória estratificada, que também é utilizada pelo DataSenado. Ela divide a população-alvo pelos 27 estados da Federação. Alguns aplicam ainda uma variante desse tipo de amostragem, com divisões por renda, idade, escolaridade ou gênero. O estatístico calcula quantas pessoas serão ouvidas com base nos dados demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e utiliza o próprio banco de dados do instituto e da Justiça Eleitoral, para obter informações sobre o universo a ser pesquisado.

Sorteados os setores para a pesquisa, parte-se para a visita ao entrevistado, que deve ser ouvido pessoalmente, em campo, já que entrevista pelo telefone não é recomendada.

Número de entrevistados influencia margem de erro

Para se ter uma pesquisa com a menor margem de erro e maior confiança, mais pessoas precisam ser ouvidas, explica o servidor do DataSenado.

Os índices que se tornaram padrão no mercado são 2 pontos percentuais de margem de erro, com 95% de nível de confiança. Isso significa que, se a pesquisa for repetida 100 vezes, em 95 delas os resultados estarão dentro da variação de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. Uma pesquisa com essas variáveis precisa ouvir 2.401 eleitores. No DataSenado, a margem de erro utilizada é de 3 pontos e, para isso, é necessário ouvir nacionalmente 1.068 pessoas.

De acordo com Marcos Oliveira, o cálculo estatístico é preciso. Se a entrevista for com 2 mil pessoas, vai chegar a um resultado, e, se forem entrevistadas 3 mil ou 4 mil, o resultado continuará semelhante.

Para ser representativa, pesquisa deve ser aleatória, diz estatístico

Preparação de uma pesquisa eleitoral



PÚBLICO-ALVO

No caso da pesquisa eleitoral para a Presidência da República, todos os **142,8 milhões de eleitores brasileiros**



CÁLCULO ESTATÍSTICO

Definição do número de entrevistas de acordo com a margem de erro e o nível de confiança que se pretende atingir. Para uma margem de erro de 2 pontos percentuais e nível de confiança de 95%, é preciso ouvir **2.401 eleitores**



AMOSTRAGEM

Escolha aleatória dos entrevistados a partir de um banco de dados, como o Censo do IBGE. Pode ser de três tipos:

- **Simples** (define entrevistados ao acaso dentre todos os eleitores)
- **Estratificada** (divide a população-alvo pelos estados)
- **Estratificada por cotas** (considera também dados como renda, idade, escolaridade e gênero)

Zona franca preserva floresta, diz Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou ontem, em discurso no Plenário, que a prorrogação, por mais 50 anos, dos benefícios da Zona Franca de Manaus ajuda a preservar a Floresta Amazônica.

A senadora explicou que as indústrias da zona franca estão concentradas no Polo Industrial de Manaus e isso impede que haja desmatamentos da floresta em outros pontos do estado.

No pronunciamento, Vanessa aproveitou para pedir que o Ministério Público e o Ministério da Justiça apurem um crime praticado contra a honra de Flávio Dino, candidato do PCdoB ao governo do Maranhão.

Segundo a senadora, os opositores de Flávio Dino no Maranhão produziram um vídeo no qual um presidiário o acusa de chefiar uma quadrilha de roubo de carros, venda de armas e tráfico de drogas. Ela afirmou que o vídeo foi postado na internet a partir de um país vizinho, para fugir do rigor da legislação eleitoral brasileira.

Vanessa acredita que a campanha eleitoral no Maranhão tomou esse rumo por causa da possibilidade de Flávio Dino vencer a disputa já no primeiro turno.



Waldemir Barreto/Agência Senado

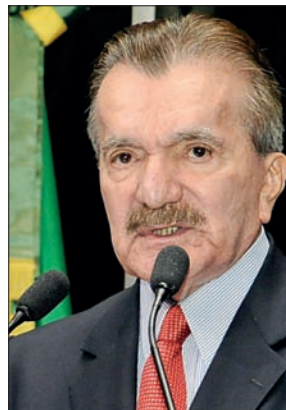
Odacir comemora avanços em saneamento básico

Odacir Soares (PP-RO) destacou ontem que o Brasil avançou no saneamento básico nos últimos dez anos, graças à atuação do Ministério das Cidades e ao trabalho conjunto da administração pública e da iniciativa privada.

Como exemplo da atenção dada ao setor nesse período, o senador contou que, na primeira fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foram contratados R\$ 39 bilhões, dos R\$ 40 bilhões previstos. E na segunda etapa do PAC, já foram contratados R\$ 41 bilhões, dos R\$ 45 bilhões destinados ao saneamento.

Odacir explicou que os resultados desses investimentos ainda não são totalmente vistos e sentidos porque, depois de prontas, as obras de saneamento precisam de pelo menos um ano para entrar em plena operação.

— Grandes obras de infraestrutura em pouco mais de dez anos, uma década de ouro para o saneamento do Brasil. Novos sistemas de produção de água estão sendo implantados em várias regiões metropolitanas, atendendo a uma demanda reprimida de 20 anos. O mesmo vem ocorrendo na coleta e tratamento de esgoto — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Fleury destaca plantio de soja e pede mais armazéns

Fleury (DEM-GO) registrou ontem o lançamento, em Mato Grosso do Sul, do plantio de mais uma safra de soja, e disse que as expectativas são de que seja uma safra recorde.

A preocupação dos agricultores, de acordo com o senador, está na armazenagem dos grãos, já que há um déficit de armazéns no país. Por isso, ele voltou a cobrar providências do governo para atender a essa demanda do setor agrícola:

— São os produtores rurais que produzem o maior superávit na balança comercial. Nós não podemos deixar esses grãos sem armazenar. Temos recebido notícias diariamente dos produtores de Goiás, de Mato Grosso, das necessidades de armazém — afirmou.

Para Fleury, a construção de silos em micros, pequenas e médias propriedades, além de viabilizar a estocagem segura da produção, vai possibilitar uma redução do preço de transporte, devido ao desafogamento das rodovias. Ele observou ainda que, atualmente, empresas multinacionais cobram taxas de armazenamento muito elevadas, onerando pesadamente os custos dos produtores.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Depois da promoção de cinco audiências públicas, o relator da proposta de regulamentação da maconha diz já ter argumentos para admitir o uso medicinal da substância

Para Cristovam, maconha medicinal é plausível

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF), relator da sugestão popular que propõe regulamentar o uso da maconha, afirmou que, concluídas cinco audiências públicas sobre o assunto, já tem argumentos para admitir o uso medicinal da erva. Cristovam, no entanto, disse que ainda não chegou a uma conclusão sobre a autorização para o uso recreativo.

O debate sobre a legalização do uso da maconha para fins medicinais e recreativos vem sendo feito na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e é fruto de uma sugestão popular apresentada por meio do Portal e-Cidadania que recebeu mais de 20 mil assinaturas de apoio. Para Cristovam, uma coisa já ficou clara com os debates de até agora.

— A proposta que aqui chegou trazia a discussão em torno do uso para fins recreativos e para fins medicinais. Com o debate feito até aqui, eu já tenho argumentos suficientes para ver que é preciso, sim, aproveitar o poder medicinal que essa erva tem. Não dá para deixar tanta gente sofrendo por causa



Cristovam já conduziu cinco audiências para discutir o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha

de um preconceito sobre o uso de uma droga — afirmou o senador.

O uso medicinal, entretanto, levanta uma série de questões que ainda precisam ser esclarecidas, segundo o relator da proposta.

— Vai ser produzida em uma farmácia, como o remédio que se toma para dor,

que veio do ópio, que é proibido como droga, mas que é usado como matéria-prima? E aqueles que usam maconha para se proteger durante os tratamentos de quimioterapia, que têm de tomar o chá? A gente vai deixá-los produzir ou não? Mas, se deixá-los produzir, como é que vai limitar o tamanho?

Cristovam explicou que a CDH vai fazer mais duas audiências públicas. Aí ele terá condições de apresentar o relatório sobre a sugestão de regulamentação da maconha.

— Eu, hoje, não tenho posição sobre se a regulamentação é um caminho melhor ou pior do que o proibitismo de hoje. Mas tenho uma conclusão, sim: o proibitismo não está funcionando.

Pesquisadores, membros do governo, Ministério Público, Judiciário, polícia, representantes da ONU, psicólogos e psiquiatras, além de dezenas de pessoas que tiveram oportunidade de usar da palavra, participaram dos debates até o momento.

Nas reuniões já realizadas, apesar da falta de consenso sobre a liberação da droga para uso recreativo, houve forte apoio à liberação da maconha para fins medicinais. O uso terapêutico de substâncias como o canabidiol (CBD) tem se mostrado eficiente em pacientes que sofrem de condições como epilepsia grave, esclerose múltipla, esquizofrenia e mal de Parkinson.

Senado pode desonerar protetor solar

Em decisão terminativa, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar neste ano projeto que reduz a zero as alíquotas de contribuição do Plano de Integração Social (PIS), do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a importação e venda no mercado interno de protetores solares.

De autoria de Kátia Abreu (PMDB-TO) e já aprovado pela

Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 205/2010 visa reduzir o preço do protetor solar e, assim, ampliar a prevenção do câncer de pele, sobretudo em trabalhadores que atuam expostos ao sol.

Na justificativa da proposição, a senadora argumenta que a renúncia fiscal será compensada com a redução dos gastos públicos decorrentes do tratamento do câncer de pele.

Relator da matéria, Casildo Maldaner (PMDB-SC) acha

que, no propósito de reduzir a zero a alíquota das contribuições, o projeto adota uma técnica legislativa intrincada, que ele pretende simplificar por meio de um substitutivo traduzido no seguinte: “reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS-Pasep, da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS-Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno de protetores solares”.

O relator observa que a entrada em vigor desse benefício fiscal não obrigará nem o fabricante nem o importador a repassar a desoneração ao preço da mercadoria.

“É a disputa pelo mercado consumidor que os leva a baixar o preço na proporção do benefício fiscal recebido”, afirma Casildo. No mesmo substitutivo, ele rejeita as emendas que a CAS tinha feito ao projeto.

Músicas religiosas podem ser isentadas da cobrança de impostos

O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) pode ser proibido de cobrar por execuções musicais em eventos religiosos gratuitos e sem finalidade de lucro. É o que propõe o Projeto de Lei do Senado (PLS) 100/2011, de Gleisi Hoffmann (PT-PR), que ainda aguarda definição no Senado.

Criado em 1973, o Ecad é uma instituição privada que tem como missão recolher direitos autorais de execuções musicais e distribuí-los aos autores ou detentores legais da obra. A atuação do órgão foi alvo de uma CPI do Senado, que identificou irregularidades no funcionamento. A investigação promovida pelos senadores resultou na Lei 12.853, de agosto de 2013, que regulamentou a atividade do órgão.

— Entendemos que, desde que a representação ou execução pública da obra se dê no

âmbito de evento destinado à manifestação religiosa e sem finalidade lucrativa, não há por que sujeitá-la a prévia autorização e, especialmente, à arrecadação de valores por parte do Ecad — argumenta a senadora.

A discussão gira em torno do direito fundamental à liberdade de culto frente ao direito do autor, o que tornaria a proposta inconstitucional. A parlamentar observa que já existem decisões judiciais que admitem a restrição de direitos autorais, desde que isso não interfira na exploração normal da música ou prejudique injustificadamente o titular.

A proposta não é uma iniciativa isolada no Congresso. Outros projetos com objetivos semelhantes tramitam na Câmara dos Deputados. O PLS aguarda relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Trabalhadores que atuam expostos ao sol devem ser beneficiados pela medida

Projeto prevê incentivo fiscal para contratação de ex-presidiário

A dedução de encargos sociais devidos por empresa que contrate ex-presidiário é objeto de iniciativa pronta para ser votada na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). O objetivo da autora, a ex-senadora Marisa Serrano, é reduzir a resistência aos egressos do sistema presidiário no mercado de trabalho.

O PLS 70/2010 estabelece que a pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá deduzir do imposto devido os encargos sociais incidentes

sobre a remuneração dos empregados egressos do sistema prisional durante os primeiros dois anos de contratação.

Estariam contemplados nessa dedução os encargos sociais devidos à Previdência, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ao salário-educação, às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e ao seguro contra os riscos de

acidentes de trabalho.

O relator, José Agripino (DEM-RN), considera indiscutível o mérito da proposta, observando que o projeto toca no ponto extremamente sensível da reinserção social do apenado.

Para o senador, é plenamente justificável que o poder público subsidie a empresa que colabore para recolocar o ex-presidiário no mercado de trabalho, entendendo que, assim, ela contribui para diminuir a reincidência criminal.

Em emenda ao texto, Agripino define como egresso do sistema prisional aquele liberado em definitivo, pelo prazo de um ano, a contar da saída do presídio, assim como o indivíduo em liberdade condicional, durante o período de prova.

O relator também sugere que o benefício guarde proporcionalidade com a duração da pena cumprida pelo ex-presidiário e que o Executivo estime anualmente a renúncia de receita no projeto de lei orçamentária.